

Lucas Lopes e as “contradições” do desenvolvimento econômico: Da Rede Mineira de Viação ao Programa de Estabilização Monetária

Roberto Pereira Silva¹

Resumo:

O artigo traça um panorama da trajetória intelectual e profissional de Lucas Lopes. Está organizado a partir de alguns temas de reflexão: a programação, o planejamento econômico, o papel do Estado na economia e seu âmbito de intervenção e o lugar do técnico na política. Estas questões são, em seguida, confrontadas com a atuação prática de Lucas Lopes no Plano de Metas e do Programa de Estabilização Monetária, durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Busca-se sair de certa contradição entre os dois projetos destacando que em ambos há certa coerência de princípios que as aproxima.

Palavras-Chave: Lucas Lopes; Plano de Metas; Programa de Estabilização Monetária; Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961); Desenvolvimentismo.

Área Temática: 1. História Econômica, do Pensamento Econômico e Demografia Histórica

¹ Bacharel (2006) em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2010) em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor (2015) em História Econômica pela USP. Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).Email: robertopereirasilva@outlook.com

Lucas Lopes e as “contradições” do desenvolvimento econômico: Da Rede Mineira de Viação ao Programa de Estabilização Monetária

Roberto Pereira Silva²

1. Introdução

Lucas Lopes parece ser o técnico governamental que encarnou intensamente os dilemas do desenvolvimento econômico no Brasil. Sua trajetória envolve uma longa carreira no serviço público, permeada de passagens pelo setor privado até sua atuação como Ministro da Fazenda do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). Após a coordenação, em parceria com Roberto Campos, do Plano de Metas, seguida do Programa de Estabilização Monetária (1958-1959), volta-se sobretudo para o setor privado, mas sem cortar definitivamente suas ligações com a política, ocupando o conselho e direção de empresas e bancos nacionais e estrangeiros atuantes no país. Em sua vida pública, atuou em setores estratégicos para a economia do país, como transporte e energia elétrica, tendo participação ativa na criação da Rede Ferroviária Nacional e em grandes obras do setor energético, como Furnas, a barragem de Três Marias e a formação do complexo público-privado de energia elétrica, Centrais Elétricas de Minas Gerais. (CEMIG). Se sua inclinação teórica apontava para o desenvolvimento com ampla participação da iniciativa privada, nacional ou estrangeira, teve uma rara sobriedade em compreender os dilemas econômicos e políticos do país e protagonizou o maior projeto desenvolvimentista até então: o Plano de Metas, do qual foi um dos principais mentores e executores. Neste momento, viveu na carne os dilemas do país, pois como o principal responsável pela execução do sonho de Juscelino Kubitschek de crescer “50 anos em 5”, em finais de 1958 assume o Ministério da Fazenda com tarefa de executar o Programa de Estabilização Monetária (PEM). Seu desafio então seria garantir recursos para a conclusão do Plano de Metas e, ao mesmo tempo, lidar com a forte crise cambial e a disparada da inflação, cuja solução vislumbrada seria conciliar contenção do gasto público e manutenção dos investimentos, majorados pelas obras de construção de Brasília.

Entender a atuação de Lucas Lopes no Ministério da Fazenda implica uma retomada de seu pensamento econômico, formulado não a partir de uma matriz teórica, mas sim da necessidade prática de resolver problemas econômicos colocados durante sua atuação nos setores público e privado.

Para tanto, neste capítulo, além desta introdução, traçamos resumidamente a trajetória de Lucas Lopes; em seguida, retraçaremos alguns temas de sua reflexão econômica, relacionando-os com sua atividade profissional; uma quarta seção discute o Plano de Metas e o comando do Ministério da Fazenda, com ênfase no Programa de Estabilização Monetária. Nas considerações finais esboçamos uma reflexão de conjunto sobre seu pensamento.

2. Trajetória biográfica³

² Bacharel (2006) em História pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre (2010) em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor (2015) em História Econômica pela USP. Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).Email: robertopereirasilva@outlook.com

³ Para a reconstrução da trajetória de Lucas Lopes, utilizamos (LOPES, 2006; LOPES 1986; MAYER & ABREU, 2001).

Mineiro de Ouro Preto, Lucas Lopes fez os estudos secundários em Belo Horizonte, onde também cursou Engenharia, compondo a primeira turma da Universidade de Minas Gerais, graduando-se em 1932. Apoiador da Revolução de 30, iniciou sua carreira profissional na Estrada de Ferro Oeste de Minas, que depois passaria ao governo estadual sob o nome de Rede Mineira de Viação. Licenciou-se durante alguns anos para trabalhar em duas empresas privadas, a Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras, subsidiária da Amforp (*American and Foreign Power*), que à época estudava modernizar seu sistema de bondes elétricos e na Sociedade Técnica de Materiais (Sotema), sendo responsável pela oficina de montagem de vagões de trem para a recém-criada Companhia Vale do Rio Doce na estrada de Ferro Minas-Vitória. Foi Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, no governo do interventor Benedito Valadares (1933-1945), tendo atuado na criação da Cidade Industrial e da Usina de Gafanhoto. Durante a Segunda Guerra Mundial compôs a seção de Minas Gerais da Comissão de Mobilização Econômica. Ainda nos anos 1940, integra a Comissão do Vale do São Francisco, quando propõe a construção da barragem de Três Marias (MG), e diversos planos de distribuição de água e construção de reservatórios, entre os quais os de Sobradinho e Paulo Afonso. Com o fim do Estado Novo, colabora na comissão criada após a Constituição de 1946 para estudar a mudança da capital federal para o interior do país.

A despeito destas importantes funções que ocupou, foi na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek em Minas Gerais (1951-1955), que o engenheiro mineiro ganha projeção nacional. O futuro presidente da República apresentou um programa de governo estadual elaborado por Lucas Lopes que seria conhecido como Binômio Energia e Transportes, uma espécie Plano de Metas a nível estadual, que incidiria sobre os dois principais gargalos para o desenvolvimento industrial de Minas Gerais. Lucas Lopes assumiu a gestão do programa de energia, elaborando um plano de eletrificação para o estado que previa a construção e a ampliação de usinas e a implantação de um sistema unificado de distribuição.

Um dos resultados mais importantes deste projeto foi a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), do qual foi responsável técnico pela formulação dos sistemas de produção e distribuição de energia, assim como pela arquitetura jurídico-financeira da empresa, decidindo-se pela mobilizando não apenas recursos públicos, mas incluindo a iniciativa privada, criando companhias regionais, controladas por uma *holding*, a CEMIG na qual assume a presidência entre 1952-1953.

Sua atuação nos projetos de transporte e energia em Minas Gerais lhe trouxe prestígio enquanto técnico, o que o conduziu ministério da viação dos governos Café Filho e Nereu Ramos, à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e, após a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) assume uma cadeira no conselho de administração e, depois, a presidência do Banco entre 1956 e 1958.

Após receber a faixa presidencial em 1956, Juscelino Kubitschek lança o Plano de Metas, um audacioso plano de investimentos, com 30 objetivos, priorizando os setores de energia, transporte e indústrias de base. Lucas Lopes e Roberto Campos foram os responsáveis pela elaboração e execução do Plano, que contaria com a disponibilidade de recursos públicos e privados, nacionais e estrangeiros. O BNDE teria papel estratégico na viabilização dos estudos e na gestão dos recursos do plano, cujo centro executivo era o Conselho de Desenvolvimento. Lucas Lopes ocuparia, simultaneamente, a diretoria do Banco e uma cadeira do Conselho.

A execução do Plano de Metas, durante uma conjuntura externa e interna difícil em termos econômicos, foi apresentando problemas financeiros, como crescentes déficits orçamentários do governo federal e problemas no balanço de pagamentos devido à queda dos preços do café, principal produto de exportação brasileiro e fonte maior de divisas para importação. É em meio a uma aguda crise econômica, agravada pelas dificuldades de negociação de um empréstimo internacional do Eximbank que necessitava do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI), que o então ministro da Fazenda, José Maria Alkmin renuncia ao cargo e Lucas Lopes assume a pasta, com a função de equilibrar as contas públicas, retomar as tratativas do empréstimo com as autoridades internacionais e viabilizar a continuidade do Plano de Metas e de sua meta-síntese, a construção de Brasília. A proposta do Programa de Estabilização Monetária ensejou diversas críticas de organizações sindicais, das classes produtivas e mesmo de alas do próprio governo, que viam nele o risco de uma diminuição ou do fim dos investimentos industriais e uma reversão do desenvolvimento econômico. Lucas Lopes se desligaria do Ministério da Fazenda em finais de maio de 1959, logo após sofrer um infarto, e o Plano de Estabilização Monetária seria abandonado, junto com as discussões com o FMI, por Juscelino Kubitschek nas semanas seguintes.

A partir dos anos de 1960, Lucas Lopes se tornará titular de um cartório de imóveis no Rio de Janeiro e terá uma atuação ligada ao setor privado, compondo o conselho de bancos e de empresas do setor de mineração e energia e também formando, com outros economistas e técnicos com passagem pelo governo a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec), empresa de consultoria de projetos industriais que tinha entre seus membros, além de Lucas Lopes, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Dênio Nogueira, John Cotrim, entre outros. Lucas Lopes faleceu no Rio de Janeiro, em 1994.

3. O pensamento econômico de Lucas Lopes

Podemos dizer que o pensamento econômico do engenheiro Lucas Lopes se formou em resposta aos problemas impostos pela sua atuação profissional. Em uma época onde ainda inexistiam cursos de economia no país, as verdadeiras “escolas” práticas de economia eram as empresas, públicas e privadas que vivenciavam o intenso desenvolvimento industrial do país (LOUREIRO, 1997; DINIZ, 2008). Lucas Lopes soube transformar as exigências e desafios profissionais em estímulos para o aprendizado teórico. Autodidata na área econômica, refletiu sobre o papel do Estado na Economia, a relação entre os agentes públicos e privados, a programação e o planejamento econômico e as formas de ação e de intervenção na economia. São esses temas que iremos apresentar em seguida.

3.1 A programação e a Planificação

Sua atuação na seção de reparos de locomotivas da Rede Mineira de Viação a partir de 1932 o colocou frente a problemas de racionalização do trabalho, processos e rotinas. Sob sua direção, as Oficinas Divinópolis passaram por um processo de reorganização e de concentração de atividades em uma única planta, adotando um sistema de racionalização da produção visando eliminar a capacidade ociosa em um setor específico de reparos, enquanto outros ficavam sobrecarregados.

Neste momento, Lucas Lopes deu grande importância às estatísticas de produção, à investigação das causas dos acidentes e as necessidades de reparo,

compreendendo que o papel de um administrador é controlar o conjunto das atividades, fazendo um acompanhamento contínuo e, ao mesmo tempo, projetando o trabalho futuro através de planos e orçamentos racionais e detalhados. Para ele, “um programa, útil a cada Oficina, não deve ser apenas um esquema de orçamento, mas apontar normas de ação e prever métodos de administração para cuja aplicação se deve detalhar” (LOPES⁴, s/d., apud, LOPES, 2006, p. 28). Aqui começa a germinar a ideia de planejamento enquanto coordenação e prospecção, bem como a importância de coleta de dados e a elaboração de estatísticas.

Os problemas da programação econômica continuariam a ocupar Lucas Lopes na sua passagem pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. No final de seu mandato, Lucas Lopes reuniu um conjunto de técnicos para elaborar o relatório “Contribuições para o Planejamento Industrial de Minas Gerais” onde destaca a necessidade de um mapeamento prévio dos recursos naturais e econômicos do estado como ponto de partida para o planejamento:

sobre bases seguras e adotando métodos racionais, devemos traçar planos e definir tarefas que deverão ser cumpridos em prazos prefixados. Esses planos não deverão ser criações abstratas nem poderão derivar do simples arbítrio de vontades, mas devem resultar do conhecimento profundo das forças econômicas em jogo e das tendências e possibilidade de seu desenvolvimento” (SECRETARIA DE AGRICULTURA, 1946⁵, apud, LOPES, 2006, p. 50).

Na década de 1940, enquanto membro da Comissão do Vale do São Francisco elabora uma definição de planejamento baseada na imbricação entre metas e execução: “planejar é estabelecer um método de ação para atingir objetivos relacionados. Planejar é o inverso de improvisar [...]” (LOPES, 1955, p. 65). Por sua vez, Lucas Lopes defende o caráter técnico e metódico, que deve prevalecer durante a elaboração, mas também durante sua implantação: “um plano não é um fim em si, é um método para se atingir a objetivos desejáveis. Não pode, todavia, estar sujeito aos caprichos de algumas vontades” (idem, p. 66.). Além disso, “o esforço de planejamento é característico de um trabalho de equipe, de um grupo de homens capazes de investigar longamente, de prever e projetar com plena consciência dos fatores em jogo”. (idem, p. 68).

A execução do planejamento econômico, portanto, coloca problemas do ponto de vista de sua arquitetura técnica e política, sobretudo ao se considerar um país de dimensões continentais como o Brasil e onde poderia haver divergências entre interesses nacionais e regionais. Atento a isso, Lucas Lopes, refletindo a partir da Comissão do Vale do São Francisco, discute o papel da União enquanto agência unificadora do projeto de desenvolvimento. Nesta situação, o ideal de planejamento, incorporando metas e objetivos que impactariam na economia nacional, deveria ter precedência sobre os interesses regionais:

a eleição de uma bacia hidrográfica que ocupa parte substancial de cinco unidades da Federação e tem sua economia vinculada a vários outros estados para a área de planejamento e ação do governo da União é um novo conceito com repercussões evidentes no estreitamento de nossos laços federativos, a sugerir e abrigar o

⁴ LOPES, Lucas. *Discurso de paraninfo na Escola de Agronomia do Estado de Minas Gerais*. Minas Gerais; s/d.

⁵ SECRETARIA DE AGRICULTURA. *Contribuições para o Planejamento Industrial de Minas Gerais*. Minas Gerais: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1946.

aperfeiçoamento das relações de vários Estados entre si e com o governo Central (LOPES, 1955, pp. 24-25).

Dito de outra forma, o caráter técnico de qualquer plano deve resguardar-se de injunções políticas. Ao nível nacional, o primado da técnica se afirmaria pelo controle de metas e execução pela União, o que garantiria que os interesses nacionais prevalecessem sobre os regionais.

3.2 O técnico e a política

Esta definição essencialmente técnica do planejamento e da programação, por sua vez, é reveladora de certa visão característica das elites burocráticas no Brasil (SOLA, 1998), pressupondo uma separação rígida entre o técnico e o político, na qual o último por vezes pode sacrificar as medidas de caráter técnico para obter ganhos políticos e/ou eleitorais.

Tema importante do pensamento de Lucas Lopes, as relações entre Estado e burocracia apareceram em diversos momentos de sua carreira nos altos escalões do serviço público. Dada a presença da atuação estatal na economia brasileira, cobrindo o espaço deixado pela iniciativa privada e estimulando os investimentos em infraestrutura, o corpo burocrático e organizacional do Estado deve estar preparado para suas funções empresarias. Enquanto ocupou a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho entre 1943 e 1945, Lucas Lopes implementou modificações no organograma do ministério, concentrando na pasta o planejamento do setor elétrico, como condição para iniciar o Plano de Eletrificação do estado. O secretário passou então a contar com departamentos de Economia, Produção Vegetal, Produção Animal, Ensino Técnico, Terras, Matas e Colonização, Comércio e Fomento Industrial, dando autonomia para os setores técnicos e integrando a comunicação entre eles. Nisto, podemos perceber a preocupação, antes mesmo de iniciar o Plano de Eletrificação, de cercar-se de pessoal técnico e de isolar ou diminuir a interferência política na execução.

Essas reflexões de Lucas Lopes, sobre o planejamento econômico e a relação entre os técnicos e os políticos estão diretamente relacionados com a grade questão da economia brasileira desde os anos 1930: o desenvolvimento econômico centrado na indústria e o papel do Estado nesse processo. As tarefas e os limites estatais na promoção do desenvolvimento é outro tema recorrente nas reflexões do engenheiro mineiro.

3.3 Estado e a intervenção na economia

O envolvimento de Lucas Lopes com o transporte ferroviário, ainda no início de sua carreira, o levou a refletir sobre o destino e a viabilidade econômica do setor no Brasil. Considerando-se que na década de 1930 as ferrovias necessitavam se modernizar, defende o lucro econômico das empresas. Para ele, cumprida a etapa histórica que coube às ferrovias na penetração do interior do país, com a forte concorrência das rodovias impõe-se a transformação de “nossas ferrovias em empresas industriais [...] Não se compreende mais que a eficiência da ferrovia como meio de transporte seja sacrificada em nome de um princípio econômico de tão duvidoso

precedente e bases tão movediças” (LOPES, s/d⁶. Apud, Lopes, 2006, p. 30). O papel do Estado é estimular as atividades econômicas, mas não monopolizá-las. Assim, uma administração fundada na competição e na competitividade seria salutar para o conjunto do sistema econômico.

O trabalho no setor de transportes, durante os anos 30, o convenceu da necessidade de retirada do Estado, pois a administração das tarifas inviabilizava os custos operacionais e a modernização das ferrovias. No entanto, essa concepção não era absoluta.

Durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Lucas Lopes ficou responsável pela seção estadual da Comissão de Mobilização Econômica. Sua ação pautou-se pelo controle do aumento dos preços agrícolas e ampliação da produção para atender à expansão industrial e ao esforço geral da economia durante o conflito bélico. Nestas condições, a secretaria buscou melhorar a produtividade das culturas enviando técnicos às fazendas e subsidiou a compra de máquinas e equipamentos; no que concerne à pecuária, foi criada a Escola Superior de Veterinária de Belo Horizonte, além de um programa de orientação técnica para os criadores de gado. Nestas ações, além da importância do planejamento centralizado, Lucas Lopes destacou a importância do progresso tecnológico para o desenvolvimento econômico: “abandonemos este *slogan* de independência econômica e passemos a nos referir apenas a progresso técnico [...] lutemos por um progresso tecnológico, pelo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, pelo aumento dos rendimentos, pela racionalização da produção, por uma maior eficiência de nosso trabalho” (LOPES⁷, 1945, apud LOPES, 2006, p. 45). Neste ponto, o desenvolvimento econômico, o progresso técnico disponibilizado pelo Estado em um setor em dificuldades se sobrepõe à liberdade econômica. O mesmo princípio aparece na criação do Instituto de Tecnologia Industrial, subordinado à Secretaria e ligado à Escola de Engenharia de Minas Gerais. No discurso de inauguração, destaca: “o desdobrar das relações sociais exige hoje governos atuantes, que saibam e não temam criar novas formas de progresso social e econômico [...] Para o Brasil, país jovem [...] é necessário um governo criador, evolutivo e precursor” (LOPES, 1944⁸, apud LOPES, 2006, p. 47).

Durante a Comissão do Vale do São Francisco retomará a importância da intervenção do Estado na economia:

Não é mais discutível a conveniência de o Estado incluir no âmbito de suas atividades a realização de atos puramente econômicos ou de interferência normativa da economia privada, visando à realização de seus fins políticos. A evolução das relações sociais tornou hoje sem valor, sequer ideológico, a definição de Jean Baptiste Say: ‘o governo ideal é o governo barato e que atua pouco’. Bem ao contrário, o desdobrar dos contatos humanos entre os povos modernos exige hoje governos atuantes, que saibam e não temam criar novas formas de progresso social e econômico.

O Estado capaz de interferir em muitos setores da economia privada, para imprimir-lhe o cunho do interesse coletivo, sem sufocar e anular a iniciativa individual é a síntese desejável entre a tese liberal e

6

⁷ LOPES, Lucas. *Discurso de paraninfo na Escola de Agronomia do Estado de Minas Gerais*. s/l; s/d.

⁸ LOPES, Lucas. *Discurso de paraninfo na Escola de Veterinária do Estado de Minas Gerais*, 27 de dezembro de 1944: s/l; s/d.

individualista do capitalismo puro e as servidões mornas do Estado Leviathan, que os totalitarismos modernos seguiram” (LOPES, 1955, p. 177).

Assim, a intervenção estatal não é vista como fruto de voluntarismo político, mas característica de um momento histórico. Contudo, é preciso indicar que se trata de uma intervenção que não sufoca, mas convive, estimula, dirige a iniciativa privada para alcançar o progresso social e econômico coletivos. Outro aspecto da intervenção Estatal se dá pelo caráter irradiador de desenvolvimento econômico que seus investimentos podem produzir. Lucas Lopes, embora atribua papel importante para a iniciativa privada, destaca que o Estado deve atuar onde esta não tem condições, e essa atuação deve propiciar aumentos de produtividade para o conjunto da economia.

Desta forma, é preciso interpretar nestes pronunciamentos não como uma contradição, mas uma resposta a desafios que exigiam soluções diversas, dadas as variáveis do problema: Lucas Lopes teve a sobriedade de subordinar concepções estanques e idealistas às questões objetivas que enfrentava, rechaçando aplicar qualquer princípio universal aos problemas da economia brasileira.

Contudo, a resposta efetiva que Lucas Lopes ofereceu para estes temas pode ser melhor captada em sua participação, ao lado de Roberto Campos, no maior projeto de desenvolvimento econômico até então, o Plano de Metas. Embora longe de uma análise exaustiva deste último, cabe revisitá-lo enquanto expressão prática das ideias de Lucas Lopes, cristalizando sua reflexão sobre a relação entre o Estado e a Economia.⁹

2.4. O Plano de Metas.

Lançado ainda na campanha presidencial de Juscelino Kubitschek, este primeiro esboço, assinado por candidato (OLIVEIRA, 1955), foi redigido por Lucas Lopes com a ajuda de Julio Soares e depois foi sendo ampliado com a ajuda de outros técnicos do ministério da Viação do Governo Nereu Ramos e do BNDE (LOPES, 1991, pp. 168-169).

Em sua versão posterior, o Plano trazia cinco objetivos principais, subdivididos em 30 metas, de acordo com a destinação de recursos: energia (43,4%), transportes (29,6%), alimentação (3,2%), indústrias de base (20,4%) e educação (3,4%). Após seu lançamento, foi acrescentada a meta-síntese, a construção de Brasília.

Quanto aos aspectos teóricos do Plano, a seleção e a importância relativa dos setores escolhidos derivam dos conceitos de *pontos de estrangulamento* e *pontos de germinação* (LAFER, 1978; LESSA, 1982; CAMPOS, 1994) que serviam como conceitos articuladores dos projetos e dos resultados esperados.

Os primeiros indicavam setores cuja incapacidade em atender à demanda pré-existente colocavam em cheque o crescimento da economia e a continuidade do

⁹ Uma observação importante é que tanto o Plano de Metas (LOPES, 1991, p. 165-169) quanto o Programa de Estabilização Monetária (LOPES, 1991, p. 231) não foram assinados por Lucas Lopes e derivam da cooperação de diversos técnicos, além do reaproveitamento de relatórios e documentos de outras comissões econômicas, secretarias e ministérios. Diante disso, no que se seguirá, consideramos pensamento de Lucas Lopes uma certa forma de reunir e hierarquizar problemas e diagnósticos, assim como o endosso à propostas que podem não ter origem em sua pena, mas que se inserem pragmaticamente em seu pensamento econômico. Dado o estado ainda incipiente de reedições e reunião de artigos de Lucas Lopes, nossa análise não pode confrontar estes documentos oficiais com textos coetâneos de sua autoria dispersos por jornais, revistas e no seu arquivo pessoal atualmente no Centro de Documentação sobre História Contemporânea (CPDOC) no Rio de Janeiro.

desenvolvimento econômico. Mostrava-se patente as áreas de energia, transporte e alimentação. Já os pontos de germinação produziram melhorias em infraestrutura, criando condições para novos investimentos industriais: a construção de Brasília, a expansão da malha rodoviária e a implantação da indústria de base são exemplos de pontos de germinação.

A execução do Plano não se deu no Ministério da Fazenda. A seleção e as decisões referentes à execução dos projetos estavam centralizadas em um órgão específico, o Conselho de Desenvolvimento (CO), presidido por Roberto Campos e tendo como secretário executivo o presidente do BNDE, Lucas Lopes. Este conselho era composto por representantes de todos os ministérios, das Casas Civil e Militar, e pelo presidente do Banco do Brasil. Com isso, as decisões tinham autonomia técnica: aprovadas pelo Conselho, seguiam para o aval do Presidente da República e os projetos, depois de analisados eram remetidos ao corpo técnico do BNDE, que financiaria o projeto ou simplesmente autorizaria a sua execução. Esse esforço de centralização técnica aparece como uma forma de blindar-se das disputas políticas e dos interesses regionais, o que levou analistas a qualificar essa engenharia organizacional de “administração paralela” (LAFER, 1978; BENEVIDES, 2001), pois os projetos não passavam pelo Congresso Nacional.

Assim, para o grupo responsável, a organização, a planificação e a coordenação dos investimentos estavam indissociavelmente ligadas à possibilidade de execução, estando o conjunto subordinado a critérios exclusivamente técnicos.

No que se refere ao financiamento do Plano, houve uma repartição entre o setor público e o privado. Contudo, em nenhum momento foi especificada a origem dos recursos públicos e, dada o grande engessamento do governo para aumentar a tributação, uma vez os esgotados os recursos provenientes de fundos setoriais (Fundo de Reaparelhamento Econômico, Fundo Federal de Eletrificação, por exemplo), a principal forma de financiamento terminou por ser a emissão monetária, com graves problemas inflacionários e para as contas públicas, como vemos adiante.

O setor público ficou encarregado dos setores de grande porte, elevados custos, complexidade de operação e baixa rentabilidade, porém fundamentais como infraestrutura e capacidade de *germinação* para o conjunto do projeto industrial proposto, tais como “a ampliação da oferta energética, a gerência do setor de transporte e a produção interna de certos insumos básicos, notadamente produtos siderúrgicos” (LESSA, 1982, p. 100). Para fazer frente esses investimos, a metodologia do Plano de Metas exigiria uma estrita coordenação de prazos, previsão da demanda futura e esquemas contínuos de financiamento. Para tanto foram criadas ou expandidas autarquias federais e incorporou-se de diversas empresas por *holdings* estatais, a exemplo do que Lucas Lopes propôs para a Cemig. Na prática, os recursos para o Plano de Metas saíram dos fundos setoriais e da injeção de recursos públicos nestas autarquias.

No que se refere ao setor privado, sua participação na execução do Plano de Metas se fez através dos Grupos Executivos: reunião de empresários e de técnicos governamentais com a “função de dimensionar os programas setoriais para as atividades industriais prioritárias, baixar normas, e conceder estímulos ou sugerir a outros órgãos federais a concessão de estímulos” (LESSA, 1982, p. 109), sendo o mais importante deles o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia).

Os investimentos privados foram estimulados pela reserva de mercado para os produtos já fabricados no Brasil, via lei dos similares, a reforma cambial de 1957, que garantia câmbio preferencial “para a importação de todo o equipamento destinado a

setores prioritários” (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990, p. 179), bem como os créditos de longo prazo e baixa taxa fornecidos pelo BNDE e o Bando do Brasil.

Quanto aos resultados do Plano, embora alguns objetivos não tenham atingido as estimativas previstas, as metas vitais para a industrialização foram cumpridas, ou se aproximaram de seu desiderato. Comparando-se o conjunto do governo de Juscelino Kubitschek, o PIB cresceu a uma taxa anual de 8,1% entre 1956 e 1960. Mas a principal mudança se deu na modificação do peso de diversos setores relativos na formação do PIB. Se em 1955 o peso dos setores agropecuários e industrial eram da 23,5% e 25,6%, em 1960 essa relação se altera para 17,8 % e 32,2%, respectivamente, enquanto a indústria de transformação (importante índice da capacidade da economia produzir para atender outras indústrias) atinge 25,6%. O papel do setor público no investimento também aumentou, com a formação bruta de capital fixo/PIB (que indica o esforço do Estado em investimentos produtivos) saindo de 13,5% em 1955 para atingir seu pico em 1959, com 18% (VILLELA, 2011). Além disso, produziu-se uma adição da capacidade de geração de energia de 1650 mil KW, aumento da capacidade de extração de petróleo para 75.000 barris/dia, a construção de 17.000 quilômetros de rodovias, incremento de 650 mil toneladas de produção de aço e de 870 mil de cimento. No setor automobilístico, atingiu-se a construção de 133.000 carros e caminhões, com índice de nacionalização de peças de 75% e 74%, respectivamente. (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990; LAFER, 2002).

O Brasil iniciará os anos de 1960 com um sistema industrial integrado, setores produtores de bens de capital e insumos básicos, ampliação da oferta de energia elétrica que garantiria a continuidade crescimento e uma inédita integração (ainda incompleta para o conjunto do território, mas de inegável amplitude) via sistemas ferroviário, rodoviário, aeroviário e marítimo. Esse grande avanço, por sua vez, determinou uma mudança importante no centro dinâmico da economia, superando restrições às importações e colocando o mercado interno como o núcleo impulsionador do desenvolvimento econômico.

Contudo, período governo não esteve isento de problemas políticos, sociais e econômicos que colocariam em risco a conclusão do Plano de Metas. Se o engenheiro mineiro foi um dos grandes arquitetos de formulação e execução do Plano, teve que assumir, de certa forma, o papel de alzo de seu projeto, quando a situação de elevada inflação, crise cambial e descontrole das contas públicas o retiraram do Conselho de Desenvolvimento e do BNDE para assumir o Ministério da Fazenda.

4. A Atuação de Lucas Lopes no Ministério da Fazenda

Uma série de dificuldades foi se acumulando no decorrer do governo Kubitschek, algumas em consequência da própria execução do Plano de Metas, outras de ordem econômica independente. De fato, se em 1955 a taxa de inflação terminou em 12,1%, em 1956 ela já estava em 24,5% e terminou o ano de 1958 a 24,4%, embora tenha acelerado consideravelmente no segundo semestre (SOLA, 1998, p. 182). O aumento inflacionário soou um alerta para o governo. Além disso, desde 1955, os preços do café no mercado internacional caíam constantemente e o governo procurou compensar esta queda com uma política de preços mínimos de compra e armazenamento do produto, o que majorou os gastos correntes, comprometendo parte das receitas e impondo limites à capacidade de importar. Ademais, as condições de financiamento de organismos multilaterais, fonte de recursos para importantes projetos do Plano de Metas, se modificaram e passou-se a exigir, em alguns casos, o aval do FMI

para novos empréstimos. Com isso, o governo se viu, no ano de 1958, enfrentando sérios problemas internos e externos, com as restrições a novos empréstimos à adoção de medidas de ajuste das contas públicas e de contenção de gastos de acordo com recomendações do Fundo Monetário Internacional.

Esses problemas desgastaram o Ministro da Fazenda José Maria Alkmin, que renuncia ao cargo em finais de junho de 1958 para concorrer às eleições legislativas e Lucas Lopes assume a pasta, com a recomendação de implementar um programa de estabilização monetária para equilibrar o balanço de pagamentos e o orçamento, mas sem comprometer o Plano de Metas.

4.1 O Programa de Estabilização Monetária

A escolha de Lucas Lopes, um dos homens mais engajados na execução do Plano de Metas, contudo, não era contraditória com as tarefas exigidas. Além de competência técnica, o engenheiro tinha circulação internacional, pois enquanto secretário do governo mineiro se reunira com importantes organismos de financiamento no exterior para angariar recursos para obras no setor de energia elétrica em seu estado natal. Além disso, não escondia a necessidade de disciplinar os gastos do setor público e encarava como inevitável um ajuste monetário para reequilibrar as contas públicas e manter o programa de desenvolvimento em marcha. Lucas Lopes, em depoimento posterior, relata que já em 1956 encomendara estudos sobre o tema para os técnicos que agora o assessoravam no ministério da Fazenda (LOPES, 1982, p. 234).

O Programa de Estabilização Monetária é, portanto, um plano de estabilização feito à condição de manter o crescimento econômico ou, na análise de Lourdes Sola (1997, p. 176), uma “proposta de estabilização-com-crescimento”.

Nesta perspectiva, o programa trazia uma leitura da economia brasileira e dos problemas a ser enfrentados, uma vez que o conjunto das propostas não foram oriundas de um credo abstrato na aplicação de princípios econômicos, mas sim em um diagnóstico ciente de que os desafios à continuidade do desenvolvimento econômico e do Plano de Metas implicariam uma reorganização do financiamento dos investimentos, do gasto público e dos mecanismos cambiais e das receitas tributárias. Além disso, como veremos, o plano ponderava, dentro de certos limites, fatores extraeconômicos como os interesses dos assalariados, dos exportadores de café, das classes de elevadas rendas que se beneficiavam com a inflação e dos interesses políticos atuando tanto na esfera nacional quanto regional.

A finalidade do programa é anunciada como “um esforço de estabilização monetária” que permita que “o desenvolvimento do país se possa realizar em condições de equilíbrio econômico e estabilidade social”. Ora, a despeito do impulso de desenvolvimento econômico proporcionado pelo Plano de Metas surgiram, ao longo do processo, “pressões inflacionárias severas”, em concomitância a uma “adversa conjuntura de preços internacionais de produtos primários” que agravaram problemas cambiais. Dessa forma, o esforço do plano é corrigir tanto os problemas advindos da conjuntura interna, quanto da conjuntura externa (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1958, fl. II).

Calcado na conjuntura econômica que se agrava mês a mês, o programa foi dividido em duas fases: a primeira, de outubro de 1958 ao final de 1959, é de transição e reajustamento, onde “procurar-se-ia reduzir drasticamente o ritmo de incremento dos preços que temos sofrido ao longo de todo o período de pós-guerra”; a segunda fase, de estabilização, com início em 1960 iria “limitar a expansão de meios de pagamentos ao necessário ao ritmo de incremento do produto real, com vista a assegurar um grau razoável de estabilidade de preços internos, assim como o reequilíbrio do balanço de

pagamentos” (idem, *ibidem*). Esta segunda parte, contudo, aparece de forma reduzida no documento, pois uma vez controlado os problemas de inflação e de déficit do balanço de pagamentos, tratar-se-ia sobretudo de um monitoramento da expansão monetária de acordo com a elevação do produto.

Na própria concepção do programa de estabilização, por sua vez, consta a preocupação em manter o Plano de Juscelino Kubitschek: “o esforço de estabilização é perfeitamente compatível com a execução do Programa de Metas do Governo. Este foi, aliás, formulado com a preocupação explícita de condicionar a sua execução às possibilidades de obtenção de recursos não inflacionários, quer de origem interna, quer provenientes de investimentos e financiamentos internacionais” (idem, III).

De maneira geral, portanto, as medidas Programa não comprometeriam o Plano de Metas e se concentrariam em: contenção da expansão monetária; redução do desequilíbrio financeiro do setor público, via maior canalização e orientação dos investimentos e redução dos gastos de consumo. Nesse ponto, cabe destaque a projeção do Programa de que a maior parte das obras do Plano de Metas estará concluída em 1960, o que, por si só, diminuirá o esforço de investimento do setor público.

A partir destes princípios gerais, cabe-nos, agora, estudar quais as principais medidas de política econômica preconizadas pelo Programa de Estabilização Monetária.

Para controlar a inflação, que chegara à 17% nos três primeiros trimestres, o plano propõe um teto para expansão dos meios de pagamentos. Estes teriam um limite de 12,7 bilhões de cruzeiros para o segundo semestre, o que significa um aumento de aproximadamente 4% em relação à primeira metade do ano. Para 1959, deveria limitar-se à 33,5 bilhões, 10% a mais do que o esperado para 1958. Além disso, previam-se limites para o saldo de papel moeda em circulação, o montante de recursos emitidos através da Carteira de Redescontos e as linhas de crédito do Banco do Brasil. Ademais, restringia-se fortemente o financiamento expansionista do setor público, via transações entre o Banco do Brasil e o Tesouro Nacional.

No que tange ao desequilíbrio financeiro do setor público, o Programa tocava em pontos importantes da estratégia de conciliação do ajuste monetário com a continuidade dos investimentos. Recomendava-se: execução de despesas excedentes subordinadas à existência de recursos não inflacionários; “melhor distribuição social da carga tributária federal” (idem, p. 8), e recuperação de seu volume, dado que seu montante que caiu de 10,4% do PIB em 1954 para 8,4% em 1956; racionalização das despesas públicas e destinação à investimentos reprodutivos, e não à despesas de consumo — estas últimas representavam 55% da receita total em 1948 e passaram a 88% em 1956; “evitar-se uma expansão excessiva das atividades públicas em detrimento do nível das atividades privadas” (idem, p. 8). Finalmente, aconselhava-se, a utilização da conta de ágios e bonificações como fonte exclusiva para manutenção da política de compra e retenção dos estoques de café.

Em conjunto com estas medidas, o programa trabalha com uma redução de 3 bilhões de cruzeiros na despesa total e insiste em um novo plano de reclassificação e de reajustamento dos salários dos servidores públicos “em virtude da elevação do custo de vida”, mas de forma escalonada no tempo e subordinada a novas fontes de receita tributária. Na prática, propunha-se o início dos reajustes em julho de 1959, “presumida a aprovação pelo Congresso das majorações tributárias” pretendidas pelo Programa (Idem, pp. 8-9). Quanto às autarquias federais, os reajustes salariais estariam vinculados à revisão das tarifas e redução de custos para não impactar o Tesouro Nacional.

Sob o ângulo da receita, o Programa traz em anexo projetos de lei que visavam aumento dos tributos sobre renda, consumo, selo e taxas e emolumentos, que implicariam em uma elevação total de 13 bilhões de cruzeiro na arrecadação (idem, p.

9). Ainda assim, prevê-se um déficit de 10 bilhões no orçamento, que poderá ser coberto, sem gerar inflação, pela colocação de letras do Tesouro junto a outros bancos e operações de crédito do Banco do Brasil para não sufocar o mercado de empréstimos.

Sobre a questão da política salarial, os salários privados deveriam crescer acompanhando o nível de elevação da produtividade, respeitando-se as disparidades regionais e evitando desníveis decorrentes de elevações do salário mínimo real “demasiado altas” (idem, p. 12). No que se refere ao salário mínimo, a próxima revisão deverá unicamente recompor o poder compra do trabalhador, na proporção do aumento do custo de vida a partir de julho de 1956.

O último ponto desta primeira fase do Programa de Estabilização Monetária refere-se ao desequilíbrio do balanço de pagamentos. As sugestões de política econômica direcionam-se para: incentivo à exportações; redução de subsídios cambiais e equalização dos valores interno e externo da moeda; redução das importações financiadas por crédito dos fornecedores (*suppliers credits*), dado o curto prazo de amortização e as altas taxas de juros e, finalmente, “subordinar a execução de novos projetos de desenvolvimento econômico de grande intensidade de capital e longo período de construção à obtenção de financiamentos em moeda estrangeira a longo prazo” (idem, p. 15).

Assim, temos um conjunto de propostas visando: conter a expansão monetária decorrente da emissão de moeda; diminuir o déficit público recuperando a receita do setor público; implementar uma política salarial condizente com as restrições monetárias e a adoção de uma política cambial que desestimule importações supérfluas e retome a competitividade do setor exportador. Algumas destas medidas estão organizadas com previsão mês a mês como nos casos de controles de expansão monetária e de gastos do setor público, o que indica o nível de preocupação e minúcia do relatório.

De uma perspectiva mais ampla, estas diretrizes de política econômica são norteadas por uma leitura conjuntural economia brasileira. Neste sentido, a compreensão plena do Programa exige a exploração desse diagnóstico.

Uma das questões mais importantes do período foi a política de proteção do café (LOPES, 1991, pp 245-248). Ela só aparece de forma indireta no Programa, na necessidade de ajustamento entre o valor externo e interno da moeda (o que significa, entre outras coisas, que o setor cafeeiro se beneficiava da diferença entre o preço de venda do café em moeda estrangeira e sua conversão para moeda nacional, custeada pelo governo federal) e na recomendação de utilização exclusiva dos recursos do fundo de ágios e bonificações para financiamento desta política. Para se ter ideia da magnitude do problema, segundo Orenstein e Sochaczewski (1990, p. 191) os gastos com a compra dos estoques de café foram de 3 a 4 vezes maior do que os custos da construção de Brasília. Assim, embora por razões políticas o Programa de Estabilização Monetária não tenha discutido abertamente o problema, era visível que parcela importante do desequilíbrio das contas governamentais estava na proteção do setor, custeado pelo conjunto da sociedade brasileira.

O segundo ponto do diagnóstico é o financiamento inflacionário das despesas do governo, cuja raiz estava na própria institucionalidade destes mecanismos de financiamento dos déficits públicos. O Programa de Estabilização Monetária se detém longamente na criação de regulamentações (via decretos e projetos lei a serem votados pelo Congresso) para controlar a expansão monetária oriunda de transações entre o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil. Daí o teto para emissão monetária colocado logo nas primeiras páginas do Programa. Isso indica, por sua vez, a preocupação de Lucas Lopes com a ausência de uma centralização da política econômica, dada a divergência

entre as medidas programadas pelo Ministério da Fazenda e a atuação de banco comercial e de banco financiador do governo e emissor de moeda protagonizada pelo Banco do Brasil.

Terceiro ponto do diagnóstico é a causa da inflação existente no Brasil, tema largamente discutido no Programa. Para ele, a inflação do período é uma inflação de demanda:

[...] esse excesso de procura sobre a oferta real fez-se possível porque o sistema bancário (Autoridades Monetárias e Bancos Comerciais) pôs à disposição das entidades públicas, empresas privadas e indivíduos, quantidade excessiva de meios de pagamento (papel-moeda e depósitos à vista) (idem, p. 18).

Colocando em perspectiva a inflação brasileira no último decênio, Lucas Lopes identifica características diversas para a inflação brasileira. Em sua concepção, até 1954, o Brasil teve uma inflação de investimentos, “caracterizada pela tentativa do governo e dos particulares de efetuarem investimentos acima da propensão a poupar da comunidade, do ingresso líquido de recursos provindos do exterior, ou mesmo da disponibilidade real de fatores necessários” (idem, p. 18). Após esse momento, a inflação tornou-se uma inflação de custos, “caracterizada pela espiral-preços salários, sem contribuição líquida para o aumento da taxa de inversão”. Segundo Lucas Lopes, todo processo inflacionário persistente torna-se uma inflação de custo, comprometendo a possibilidade de crescimento e de desenvolvimento econômico do país. Os crescentes déficits governamentais para financiar investimentos e a política de recuperação dos salários nominais acabam por intensificar os aumentos de preços.

Em suma, o Programa de Estabilização Monetária, ao trazer um diagnóstico da inflação como resultado de uma expansão monetária maior do que a quantidade de bens e serviços na economia, mirou os principais canais de transmissão de crédito e de financiamento do governo. No que concerne à continuidade do Plano de Metas, embora diversos projetos efetivamente tivessem fontes próprias de financiamento, até que a estabilização tivesse resultado os investimentos em andamento e que dependessem de aportes do setor público, como Brasília, poderiam ficar comprometidos. É justamente nesta linha tênue entre projeções e resultados possíveis que passamos às considerações finais.

5. Considerações Finais.

O Programa de Estabilização Monetária foi abandonado por Juscelino Kubitschek em meados de 1959, logo após o enfarto de Lucas Lopes em 30 de maio, que se seguiu a sua retirada ostensiva da vida pública. O abandono faz parte de um conjunto de mudanças no Governo Federal, pois não só Lucas Lopes é afastado da Fazenda, mas Roberto Campos também sai do BNDE, o país rompe com o FMI em 17 de junho e no dia 28 o então presidente do Banco do Brasil, cuja atuação foi tão criticada no Programa, assume o Ministério da Fazenda.

É possível entender que o abandono da política de estabilização se devesse à relutância do chefe do executivo, que enxergava nele, apesar de todas as precauções e preocupações de Lucas Lopes, uma ameaça à conclusão do Plano de Metas e da construção de Brasília. O engenheiro mineiro lembraria, inclusive, que o presidente não concordava com o diagnóstico da inflação como decorrente da expansão dos meios de pagamentos, aproximando-se, nesta questão, da interpretação formulada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) segundo a qual ela é expressão de desequilíbrios entre uma estrutura industrial incompleta e desigual e a incapacidade de

produção de produtos agrícolas na escala demandada pela economia e que, portanto, é inevitável certo nível de inflação durante o processo de industrialização.

Contudo, a recusa do Programa ultrapassa as preferências individuais do presidente e devem ser buscadas na difícil conjuntura política, que ao contrário dos problemas econômicos, talvez não tenha sido levada em consideração na elaboração do programa. De fato, o programa recebeu duras críticas de diversos setores da sociedade: trabalhadores e sindicatos viram na proposta de política salarial, e sobretudo no adiamento do reajuste, um política de arrocho (BENEVIDES, 2001; SOLA, 1998; LOPES, 1991). Por sua vez, o Congresso Nacional logo percebeu a impopularidade de aprovar aumentos dos impostos que incidiriam sobre a renda e o consumo; os setores industriais temeram pelo fim do crédito para novos investimentos decorrentes das propostas de rigidez de emissão de papel moeda e de controle dos empréstimos do Banco do Brasil; os cafeicultores viam nas propostas o fim do programa de preços mínimos de compra e estocagem do café. Some-se a isso o empenho pessoal do Presidente em concluir o Plano de Metas e Brasília e podemos perceber a dramaticidade da encruzilhada em que Lucas Lopes, o arquiteto do Plano de Metas e sua inglória tarefa de controlar a inflação, as contas públicas e prosseguir com o crescimento econômico do país.

Analisado agora, em perspectiva histórica, podemos pensar que o Programa de Estabilização Monetária foi uma tentativa de ampliar o escopo da administração direta, aumentando o controle do Ministério da Fazenda sobre instituições e funções então dispersas. Se lembrarmos que ainda não existia um Banco Central, que a lei da usura inviabilizava o financiamento da dívida pública com a emissão de títulos, que o Banco do Brasil tinha funções de banco comercial e de banco emissor, controlando importantes carteiras de crédito e financiando o Tesouro Nacional, torna-se fácil compreender que a estabilização monetária passaria pela reorganização desses órgãos. Nesse sentido, o Programa de Estabilização Monetária, mais do que um conjunto de medidas de equilíbrio econômico, trazia um si um projeto de organização dos mecanismos de política econômica que foi, naquele momento, rejeitado.

Ao utilizarmos o termo contradição entre aspas no título deste capítulo pretendemos indicar como a formação prática do pensamento econômico de Lucas Lopes o preparou para conduzir a maior experiência de desenvolvimento econômico planejado já realizado no Brasil. Sua trajetória de engenheiro e técnico que participou de projetos no setor ferroviário; sua atuação no projeto de desvio do curso do São Francisco; o trabalho com Juscelino Kubitschek no Governo de Minas Gerais e o protagonismo no Binômio Energia e Transportes, a criação da CEMIG e de outros projetos de produção e geração de energia lhe deram não apenas o cabedal de conhecimentos técnicos, mas alimentou este aprendizado no confronto com imposições do presente, de restrições e limites que deveriam ser modificados pela ferramenta de intervenção que Lucas Lopes foi aperfeiçoando desde o início de sua carreira: o planejamento econômico. Tarefas que o levaram a reconhecer que a despeito de sua predileção pela liberdade da iniciativa privada, compreendeu os problemas contemporâneos e a eles respondeu. Entre o Plano de Metas e o Programa de Estabilização Monetária, portanto, antes que uma contradição, dois estímulos diversos para um pensamento amadurecido pela experiência: se o primeiro exigiu um aumento da esfera de atuação do Estado sob o desiderato do planejamento econômico e da instalação e integração de um parque industrial mais complexo no país, o segundo mobilizou precisamente a capacidade de conter o descontrole desta intervenção, com um chamado à ordem monetária, essencial para restabelecer o sistema de estímulos irradiado do mercado, refreando a inflação e recolocando o sistema de preços como

orientador de investimentos públicos e privados. Contradições de um pensamento apenas na medida em que encarnou os difíceis problemas do país.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Vitoria. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001 .

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Programa de estabilização monetária para o período de setembro de 1958 a dezembro de 1959*. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda, 1958

CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

DINIZ, Clélio Campolina. Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, n. 2, p. 80-95, 2008.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas, 1956-1961. In: LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 29-50.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOPES, Lucas. *Discurso de paraninfo na Escola de Agronomia do Estado de Minas Gerais*. s/l, s/d.

———. *Discurso de paraninfo na Escola de Veterinária do Estado de Minas Gerais*, 27 de dezembro de 1944: s/l; s/d.

———. Estudo sobre oficinas ferroviárias. *Revista Mineira de Engenharia*. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Engenharia, 1941.

———. *O vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério da viação e obras públicas, 1955.

———. *Memórias do Desenvolvimento: Lucas Lopes – depoimento*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil; Memória da Eletricidade, 1991.

LOPES, Rodrigo. *Sonho e razão: Lucas Lopes, o planejador de JK*. São Paulo: Arx, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. *Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MAYER, Jorge Miguel; ABREU, Alzira Alves. Lucas Lopes. In: ABREU, Alzira Alves, et alí.(ed.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. s/n: 1955.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio Claudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889 – 1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1990, pp. 171-195.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. *Contribuições para o Planejamento Industrial de Minas Gerais*. Minas Gerais: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1946.

SOLA, Lourdes. *Ideias Econômicas, Decisões Políticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.

VILLELA, André. Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963). In: GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André (orgs). *Economia Brasileira Contemporânea (1945–2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 45-68.